



Simulado Final

# TRE TO

**Analista Judiciário - Área Judiciária - Pós-Edital**

# Simulado

Simulado Final TRE-TO (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TRE-TO**, cargo de **Analista Judiciário - Área Judiciária**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/hUsQM6tuGsSQCWtHA>

|                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/7RW4>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA**

Felipe Luccas

**TEXTO 01**

Quase 11 milhões de brasileiros apostam de modo a pôr em risco a saúde e as finanças

*Estimativa resulta de levantamento que entrevistou 4.860 pessoas com mais de 14 anos em 349 municípios*

Apostar em jogos de azar de modo a pôr em risco a saúde física, mental e financeira é hoje uma questão de saúde pública relevante no Brasil e, segundo alertam alguns especialistas, quase tão grave quanto a dependência do álcool e do tabaco. Atualmente, mais de 10 milhões de brasileiros com mais de 14 anos, o correspondente a 6,8% da população nessa faixa etária, jogam de forma a criar para si próprios problemas emocionais, familiares, econômicos ou com o trabalho e são classificados como jogadores de risco. O mais preocupante é que cerca de um em cada oito desses jogadores – o que equivale a 1,4 milhão de pessoas ou 0,8% da população acima dos 14 anos – dispõe de um padrão de apostas mais comprometedor, compatível com o diagnóstico do transtorno do jogo, uma enfermidade caracterizada pelo desejo incontrolável de jogar mesmo diante de prejuízos.

Esses números foram calculados pela equipe da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (Uniad) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que chegou à estimativa atual de quantas pessoas apostam no Brasil e da proporção que o faz de maneira nociva por meio dos dados obtidos na terceira e mais recente edição do Levantamento Nacional sobre Álcool e Drogas (Lenad III), realizado entre 2023 e 2024.

A proporção de jogadores varia de acordo com a região do país. O Sul concentra a maior fração deles (20,4% das pessoas com mais de 14 anos apostam) e o Nordeste, a menor, 16,3%. A relação entre as duas regiões se inverte quando são consideradas as proporções de indivíduos que apostam de forma arriscada: a maior fração de apostadores (52,3%) com algum grau de risco (baixo, médio ou elevado) de desenvolver transtorno do jogo está no Nordeste, enquanto essa proporção é bem menor no Sul (29,8%) e no Sudeste (28%).

A prevalência de formas arriscadas ou problemáticas de jogar também foi mais alta (52,8%) entre as pessoas com renda mensal de até um salário-mínimo – R\$ 1.212,00 na época da pesquisa –, em comparação com a parcela da população que recebia dois salários-mínimos ou mais (21,1%). “Indivíduos com renda inferior a um salário-mínimo correm três vezes mais risco de apresentar um padrão de jogo de risco ou problemático, independente do sexo e da idade”, conta a pesquisadora Clarice Sandi Madruga, responsável pelo Lenad III.

A modalidade de aposta preferida do brasileiro é as loterias, embora as plataformas de aposta on-line já apareçam em segundo lugar, à frente do tradicional jogo do bicho. Dos apostadores, 71,3% jogam na Mega-Sena, Quina, Lotomania e afins, enquanto 32,1% preferem as bets e 28,9% o jogo do bicho.

(Fonte: Mariana Ceci. Revista Pesquisa Fapesp. Edição 351. Maio de 2025. Disponível em: [revistapesquisa.fapesp.br](http://revistapesquisa.fapesp.br). Adaptado)

- 01.** De acordo com a leitura do texto, é correto afirmar que
- no Brasil, a prevalência de transtorno do jogo entre apostadores excede a de indivíduos com dependência do álcool e do tabaco.
  - apesar do recente crescimento das apostas online, estas permanecem aquém da dominância das apostas populares, como as loterias e o jogo do bicho.
  - a probabilidade de desenvolver um comportamento de jogo problemático é superior entre indivíduos de baixa renda, sem distinção de sexo ou de grupo etário.
  - os dados obtidos na terceira edição do Lenad tem como objetivo central evidenciar o risco associado às apostas online em indivíduos maiores de idade.
  - mesmo com a liderança na proporção de jogadores, a região Sul exibe o menor índice de indivíduos com risco de desenvolver transtorno do jogo.

**02.** Assinale a alternativa que classifica corretamente o tipo textual predominante no Texto 1.

- a) Argumentativo.
- b) Expositivo.
- c) Descritivo.
- d) Narrativo.
- e) Injuntivo.

**03.** “A modalidade de aposta preferida do brasileiro é as loterias, embora as plataformas de aposta on-line já apareçam em segundo lugar, à frente do tradicional jogo do bicho. Dos apostadores, 71,3% jogam na Mega-Sena, Quina, Lotomania e afins, enquanto 32,1% preferem as bets e 28,9% o jogo do bicho.”

Assinale a alternativa que contenha uma inferência válida sobre o propósito e os sentidos do trecho.

- a) As estatísticas são conflitantes na medida em que excedem os 100% dos entrevistados.
- b) Apenas 71,3% dos apostadores jogam em sistemas variados de apostas.
- c) Os 28,9% entrevistados jogam apenas o jogo do bicho, preterindo as bets.
- d) O verbo “preferem” indica que os apostadores apostam em mais de um jogo.
- e) Dos apostadores, 71,3% jogam apenas na Mega-Sena, Quina e Lotomania.

**04.** Assinale a alternativa em que o termo em destaque NÃO pertence à mesma classe de palavras a que pertence o conectivo destacado em “Estimativa resulta de levantamento que entrevistou 4.860 pessoas com mais de 14 anos em 349 municípios”.

- a) “O mais preocupante é que cerca de um em cada oito desses jogadores [...]”.
- b) “[...] em comparação com a parcela da população que recebia dois salários-mínimos ou mais [...]”
- c) “[...] são consideradas as proporções de indivíduos que apostam de forma arriscada [...]”

d) “[...] da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que chegou à estimativa atual de quantas pessoas apostam no Brasil”

e) “[...] e da proporção que o faz de maneira nociva por meio dos dados obtidos [...]”.

**05.** A conjunção destacada em “A modalidade de aposta preferida do brasileiro é as loterias, embora as plataformas de aposta on-line já apareçam em segundo lugar” poderia ser substituída, sem prejuízo de correção ou sentido, pelas expressões abaixo, EXCETO por

- a) apesar de que.
- b) posto que.
- c) conquanto.
- d) em que pese.
- e) entretanto.

**06.** Considerando as regras de acentuação gráfica da língua portuguesa, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. Em “A prevalência de formas arriscadas ou problemáticas de jogar [...]”, os termos em destaque acentuam-se pela mesma razão.

II. No trecho “Esses números foram calculados pela equipe da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (Uniad) [...]”, os termos destacados acentuam-se por razões distintas.

III. Em “Apostar em jogos de azar de modo a pôr em risco a saúde física [...]”, o emprego do acento diferencial no vocábulo “pôr” é obrigatório.

IV. No trecho “jogam de forma a criar para si próprios problemas emocionais, familiares, econômicos ou com o trabalho”, os termos destacados correspondem a paroxítonas terminadas em “s”, por isso são acentuados.

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas III e IV.

**07.** Assinale a alternativa em que a(s) vírgula(s) tenha(m) sido empregada(s) pela mesma razão que em “[...] e, segundo alertam alguns especialistas, quase tão grave quanto a dependência do álcool e do tabaco”.

- a) “[...] de desenvolver transtorno do jogo está no Nordeste, enquanto essa proporção é bem menor no Sul [...]”
- b) “[...] da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que chegou à estimativa atual de quantas pessoas apostam no Brasil [...]”
- c) “[...] conta a pesquisadora Clarice Sandi Madruga, responsável pelo Lenad III”
- d) “Apostar em jogos de azar de modo a pôr em risco a saúde física, mental e financeira [...]”.
- e) “Atualmente, mais de 10 milhões de brasileiros com mais de 14 anos [...]”

**08.** No trecho “Apostar em jogos de azar de modo a pôr em risco a saúde física, mental e financeira é hoje uma questão de saúde pública relevante no Brasil e, segundo alguns especialistas, quase tão grave quanto a dependência do álcool e do tabaco”, os itens destacados, que antecede e que sucede o adjetivo, são utilizados a fim de estabelecer uma relação entre duas coisas. Nesse caso, atribuem às expressões “Apostar em jogos de azar” e “a dependência do álcool e do tabaco”, juntamente ao adjetivo “grave”, um

- a) comparativo de igualdade.
- b) comparativo de inferioridade.
- c) comparativo de superioridade.
- d) superlativo relativo.
- e) superlativo absoluto.

**09.** Assinale a alternativa na qual se encontra, em destaque, um verbo cuja regência também poderia ser realizada pela preposição “a”, em um uso mais formal e de acordo com a norma-padrão.

- a) “[...] conta a pesquisadora Clarice Sandi Madruga, responsável pelo Lenad III”
- b) “[...] o que equivale a 1,4 milhão de pessoas ou 0,8% da população acima dos 14 anos [...]”
- c) “O Sul concentra a maior fração deles (20,4% das pessoas com mais de 14 anos apostam) [...]”
- d) “[...] quando são consideradas as proporções de indivíduos que apostam de forma arriscada [...]”.
- e) “Dos apostadores, 71,3% jogam na Mega-Sena, Quina, Lotomania e afins, enquanto 32,1% preferem as *bets* do que o jogo do bicho. [...]”

**10.** Dentre as expressões destacadas, a que exerce a mesma função sintática do segmento sublinhado em “Apostar em jogos de azar de modo a pôr em risco a saúde física, mental e financeira é hoje uma questão de saúde pública relevante no Brasil” é

- a) “A modalidade de aposta preferida do brasileiro é as loterias, embora as plataformas de aposta online já apareçam em segundo lugar”
- b) “Atualmente, mais de 10 milhões de brasileiros com mais de 14 anos, o correspondente a 6,8% da população nessa faixa etária”
- c) “dispõe de um padrão de apostas mais comprometedor, compatível com o diagnóstico do transtorno do jogo”
- d) “chegou à estimativa atual de quantas pessoas apostam no Brasil e da proporção que o faz de maneira nociva”
- e) “A relação entre as duas regiões se inverte quando são consideradas as proporções de indivíduos”

**TEXTO 02**

Por “moral e bons costumes”, há 70 anos Dutra acabava com cassinos

Nas décadas de 1930 e 1940, o Brasil viveu a era de ouro dos cassinos. No auge, havia mais de 70 casas de apostas em funcionamento no país — do Rio, capital da República, à minúscula São Lourenço, no sul de Minas. Nos salões, homens de terno e mulheres de longo apostavam dinheiro nas roletas e nas cartas de baralho.

O fervilhante negócio dos cassinos ruiu repentinamente. Em 30 de abril de 1946, três meses depois de assumir a Presidência da República, o general Eurico Gaspar Dutra pegou o país de surpresa e, com um decreto-lei, ordenou o fim dos jogos de azar.

Dutra argumentou que a “tradição moral, jurídica e religiosa” do brasileiro é incompatível com os jogos, que eles são “nocivos à moral e aos bons costumes”, que os “povos cultos” não os toleram e que reprimi-los é um “imperativo da consciência universal”.

Às vésperas da proibição, *O Globo* publicou uma explosiva reportagem com fotos inéditas de montanhas de dinheiro sobre uma mesa do Cassino Atlântico ao fim de uma noite de apostas. Essas imagens, segundo relatos da época, tiraram o presidente do sério.

A versão mais prosaica, não obstante, é que os cassinos foram fechados à requisição da primeira-dama, Carmela Dutra — chamada pelos íntimos de Dona Santinha. Carola, ela teria aderido à cruzada da Igreja Católica contra o ambiente viciado e libidinoso dos cassinos e pressionado o marido.

(Fonte: Agência Senado. Disponível em: [senado.leg.br](http://senado.leg.br). Adaptado)

**11.** Considerando a leitura e a compreensão do texto, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A reportagem de *O Globo*, ao destacar a expressiva soma de dinheiro nas apostas, teria influenciado a decisão do Presidente Dutra.
- b) O uso da palavra “repentinamente” para descrever o fechamento dos cassinos demonstra o caráter inesperado da decisão de Dutra à época.
- c) A versão alternativa à decisão de proibição dos cassinos no Brasil revela a influência pessoal da esposa do presidente Dutra.

d) Segundo o texto, os cassinos são retratados como locais de caráter popular e acessível a todas as classes sociais.

e) O termo “Carola” reforça o perfil religioso da primeira-dama, a qual se alinhou à posição da Igreja contra os cassinos.

**12.** Assinale a alternativa em que o trecho NÃO apresenta algum elemento utilizado em sentido conotativo.

- a) “[...] com um decreto-lei, ordenou o fim dos jogos de azar”
- b) “[...] com fotos inéditas de montanhas de dinheiro sobre uma mesa do Cassino Atlântico [...]”
- c) “Nas décadas de 1930 e 1940, o Brasil viveu a era de ouro dos cassinos”
- d) “Às vésperas da proibição, *O Globo* publicou uma explosiva reportagem [...]”
- e) “[...] ela teria aderido à cruzada da Igreja Católica contra o ambiente viciado e libidinoso [...]”

**13.** Considerando o título “Por ‘moral e bons costumes’, há 70 anos Dutra acabava com cassinos”, é correto afirmar que

- a) os sujeitos dos verbos destacados são, respectivamente, “70 anos” e “Dutra”.
- b) o verbo “há” concorda com o seu complemento “70 anos”, que está posposto.
- c) os verbos “há” e “acabava” apresentam o mesmo sujeito “Dutra”, por isso estão no singular.
- d) o verbo “acabava” concorda com o seu complemento “com cassinos”, que está posposto.
- e) o verbo “há” é impessoal e tem sentido de tempo decorrido, por isso está no singular.

**14. Análise o excerto que segue:**

“Dutra argumentou que a ‘tradição moral, jurídica e religiosa’ do brasileiro é incompatível com os jogos, que eles são ‘nocivos à moral e aos bons costumes’, que os ‘povos cultos’ não os toleram e que reprimi-los é um ‘imperativo da consciência universal’”.

Levando em conta a análise dos elementos linguísticos destacados em tal excerto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) Em todas as ocorrências, o vocábulo “que” é um pronome relativo.
- ( ) O uso das aspas no excerto serve para abrir e fechar citações do Presidente Dutra.
- ( ) A próclise é a única colocação pronominal permitida em “que os ‘povos cultos’ não os toleram”.
- ( ) Os pronomes destacados “eles”, “os” e “los” se referem a um mesmo termo.

- a) F - V - V - V  
b) F - F - V - V  
c) F - F - V - F  
d) V - V - F - F  
e) V - F - F - V

**15. Tendo em vista as regras de uso do sinal indicativo de crase, assinale a alternativa correta.**

- a) Em “[...] do Rio, capital da República, à minúscula São Lourenço, no sul de Minas”, a crase ocorre em razão de a expressão “à minúscula” corresponder a uma locução adverbial locativa formada por palavra feminina.
- b) Em “[...] eles são ‘nocivos à moral e aos bons costumes’”, ocorre crase no “a” destacado em razão da junção do “a” preposição, que rege o substantivo “nocivos”, com o “a” artigo definido, determinante do substantivo feminino “moral”.
- c) Em “Às vésperas da proibição [...]”, o acento indicativo de crase tem uso facultativo.
- d) Em “os cassinos foram fechados à requisição da primeira-dama [...]”, seria mantida a ocorrência de

crase caso se substituísse a palavra “requisição” por **pedido**.

- e) Em “Carola, ela teria aderido à cruzada da Igreja Católica [...]”, a crase ocorre devido à fusão do “a” preposição, exigido por “aderido”, com o “a” artigo definido, que acompanha o substantivo feminino “cruzada”.

**16. Analise o seguinte excerto:**

“O fervilhante negócio dos cassinos ruiu repentinamente.”

Assinale a alternativa em que os termos destacados tenham se formado, respectivamente, pelos mesmos processos de formação de palavras que aqueles dos termos destacados no excerto apresentado.

- a) “[...] a ‘tradição moral, jurídica e religiosa’ do brasileiro é incompatível com os jogos [...]”
- b) “[...] fechados à requisição da primeira-dama, Carmela Dutra — chamada pelos íntimos de Dona Santinha”
- c) “[...] cruzada da Igreja Católica contra o ambiente viciado e libidinoso dos cassinos [...]”
- d) “Em 30 de abril de 1946, três meses depois de assumir a Presidência da República [...]”
- e) “[...] pegou o país de surpresa e, com um decreto-lei, ordenou o fim dos jogos de azar”

17. Assinale a alternativa cujo verbo destacado desempenha, na construção do sentido, a mesma função tempo-modal que a forma verbal sublinhada em “Nos salões, homens de terno e mulheres de longo apostavam dinheiro nas roletas e nas cartas de baralho”.

- a) “No auge, havia mais de 70 casas de apostas em funcionamento no país [...]”.
- b) “Nas décadas de 1930 e 1940, o Brasil viveu a era de ouro dos cassinos.”
- c) “O fervilhante negócio dos cassinos ruiu repentinamente.”
- d) “Carola, ela teria aderido à cruzada da Igreja Católica [...]”
- e) “[...] os cassinos foram fechados à requisição da primeira-dama, Carmela Dutra [...]”

18. No trecho “O fervilhante negócio dos cassinos ruiu repentinamente”, o item em destaque fornece à oração um sentido

- a) locativo.
- b) quantitativo.
- c) temporal.
- d) intensificador.
- e) condicional.

19. Analise o período que segue: “A versão mais prosaica, não obstante, é que os cassinos foram fechados à requisição da primeira-dama, Carmela Dutra”. Neste, o conectivo destacado apresenta valor:

- a) concessivo;
- b) conclusivo.
- c) adversativo.
- d) comparativo.
- e) consecutivo.

20. Analise o trecho a seguir:

“[...] e que **reprimi-los** é um ‘imperativo da consciência universal’”.

O trecho destacado funciona como

- a) sujeito.
- b) predicativo do sujeito.
- c) adjunto adnominal.
- d) complemento direto.
- e) complemento nominal.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

*Nelma Fontana*

21. “A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar” (artigo 124, § único, da CF/88). A norma constitucional, segundo classificação de José Afonso da Silva tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata e direta.
- e) imediata e diferida.

**22.** O Deputado Estadual Guilherme propôs o PL 11/2023 que previa a reserva de vagas no mesmo estabelecimento de ensino para irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo escolar. O referido projeto foi aprovado e promulgado pelo Governador de Estado e convertido na Lei nº 2.901/2023. A Lei em questão foi contestada perante o Supremo por meio de ADI.

Com base na jurisprudência do STF, a referida lei deve ser declarada:

- a) Constitucional, material e formalmente.
- b) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por vício de iniciativa.
- c) Inconstitucional, materialmente, por afrontar a Constituição, mas constitucional formalmente.
- d) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por usurpar competência da União.
- e) Inconstitucional, formal e materialmente.

**23.** Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

**24.** A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indique a única alternativa incorreta.

- a) O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário, embora seis de seus quinze membros não integrem o Poder Judiciário.
- b) Não efetuadas as indicações dos membros do CNJ no prazo legal, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.
- c) A função de Ministro-Corregedor é exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e dos servidores.
- e) O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficialarão junto ao Conselho Nacional de Justiça.

**25.** De acordo com a Constituição Federal brasileira, qual das seguintes situações NÃO concede a nacionalidade brasileira?

- a) Filhos de pais brasileiros, nascidos no exterior, desde que um dos pais esteja a serviço do Brasil.
- b) Indivíduos nascidos no Brasil, de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- c) Filhos de brasileiros nascidos no exterior, que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- d) Cônjuges estrangeiros de brasileiro, desde que estejam casados há mais de 5 anos e tenham residência fixa no Brasil.
- e) Filhos de brasileiros nascidos no exterior, desde que sejam registrados em repartição consular brasileira competente.

26. A Constituição Federal de 1988 prevê mecanismos para a sua própria reforma. Considerando o processo de emenda constitucional no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Uma proposta de emenda à Constituição pode ser aprovada se obtiver, em cada casa do Congresso Nacional, o voto favorável de três quintos dos membros, em dois turnos de votação.
- b) A emenda à Constituição pode ser aprovada por maioria simples, desde que seja votada em dois turnos em cada casa do Congresso Nacional.
- c) O Presidente da República pode, por decreto, emendar a Constituição em casos de urgência e relevância nacional.
- d) Uma proposta de emenda à Constituição pode ser apresentada por qualquer cidadão, desde que consiga apoio de pelo menos um terço dos deputados federais.
- e) As cláusulas pétreas podem ser suprimidas, desde que a proposta de emenda seja aprovada por unanimidade no Senado Federal.

27. Sobre a organização político-administrativa do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) As federações podem ser formadas por agregação ou por segregação. No Brasil, o federalismo é formado por agregação.
- b) A auto-organização dos Estados-membros manifesta-se por meio da elaboração de suas Constituições, fruto do exercício do Poder Constituinte Derivado Reformador e da atuação de suas Assembleias Legislativas.
- c) No Brasil, os Estados organizam-se sob a forma de federação em decorrência de razões geográficas e culturais. Pode-se afirmar que uma federação deve possuir repartição constitucional de competências, indissolubilidade do vínculo federativo, nacionalidade única e rigidez constitucional.
- d) O Distrito Federal é ente federado autônomo e, como tal, dispõe de auto-organização, autoadministração, autolegislação e autogoverno.

A auto-organização do Distrito Federal manifesta-se por meio de Constituição Distrital.

- e) Os Municípios possuem Poder Judiciário.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Antônio Daud*

28. No controle da Administração Pública Federal, desponta-se aquele realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sob o prisma financeiro. Diante deste cenário, assinale a alternativa que prevê competência do TCU prevista na Constituição Federal:

- a) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal para cargos em comissão.
- b) julgar as contas do Presidente da República como mecanismo republicano de controle do poder estatal.
- c) aplicar aos responsáveis, em caso de irregularidade nas contas, sanções criminais previstas em lei.
- d) fiscalizar integralmente as contas, sejam nacionais ou não, das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe.
- e) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade em ato ou contrato.

**29.** O governador de certo Estado brasileiro pretende criar autarquia com vistas ao desempenho de determinadas funções estatais com maior eficiência. Nesse sentido, examine as seguintes afirmativas:

- I. A autarquia, enquanto serviço autônomo, integra o conjunto de entidades do terceiro setor.
- II. A criação da autarquia é viabilizada mediante ato administrativo geral.
- III. A criação da autarquia é hipótese de descentralização por serviços.
- IV. A entidade descentralizada não se submete ao controle hierárquico da administração direta.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.

**30.** Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos Agentes Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) É cabível ao Poder Judiciário, por força do princípio da isonomia, a majorar remunerações dos servidores públicos.
- b) Servidores inativos fazem jus à percepção do auxílio-alimentação legalmente concedido aos servidores em exercício do cargo.
- c) A garantia do salário-mínimo refere-se à parcela específica do vencimento básico.
- d) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores municipais a índices federais de correção monetária.
- e) A suspensão dos direitos políticos não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada, sendo que o início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.

**31.** Gildete, servidora federal recém-empossada na Justiça Eleitoral, indagou seu superior hierárquico, Gilvan, quanto à idade mínima para a aposentadoria voluntária sob o regime próprio de previdência social. Pode-se afirmar que, atualmente, são aplicáveis no âmbito da União as idades de:

- a) 65 anos, se mulher, e aos 68 anos de idade, se homem.
- b) 63 anos, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem.
- c) 62 anos, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem.
- d) 60 anos, se mulher, e aos 62 anos de idade, se homem.
- e) 55 anos, se mulher, e aos 60 anos de idade, se homem.

**32.** Assinale característica típica dos órgãos públicos da Administração Direta:

- a) patrimônio próprio distinto do ente federativo.
- b) falta de capacidade processual, em qualquer hipótese.
- c) estruturas resultantes da descentralização administrativa.
- d) impossibilidade de serem criados ou extintos mediante decreto.
- e) personalidade de direito público ou privado, conforme o ato de criação.

**33.** Assinale a alternativa correta à luz das regras constitucionais sobre agentes públicos:

- a) é permitida a acumulação de dois cargos de natureza técnica ou científica.
- b) a proibição de acumular cargos abrange autarquias, fundações, mas não empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
- c) em exceção ao princípio da vedação à acumulação remunerada de cargos, membros do Ministério Público estão autorizados a exercerem uma função de magistério.
- d) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- e) são vitalícios após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

**34.** Determinada empresa concessionária de serviço público de transporte coletivo causou danos a cidadão que não era usuário do serviço. A sociedade não possui patrimônio para arcar com a indenização. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) Há responsabilidade subsidiária do Poder concedente nesses casos.
- b) Não é possível a responsabilização objetiva da concessionária perante não usuários do serviço.
- c) A teoria da responsabilidade subjetiva é aplicável tanto perante usuários como não-usuários do serviço público, considerando-se que as concessionárias são empresas privadas que não integram o Poder Público.
- d) A responsabilidade da concessionária perante terceiros é objetiva, desde que sejam usuários do serviço.
- e) Há responsabilidade solidária do Poder concedente nesses casos.

## **DIREITO ELEITORAL**

*Fabiano Pereira*

**35.** A respeito da composição e competência das juntas eleitorais, conforme dispõe o Código Eleitoral, assinale a alternativa correta:

- a) Compete à junta eleitoral expedir diploma a todos os eleitos, inclusive os federais e estaduais, no prazo máximo de 10 dias após a apuração.
- b) A nomeação dos membros das juntas eleitorais deve ocorrer até 30 dias antes da eleição, sendo dispensada a publicação prévia dos nomes indicados.
- c) As autoridades e agentes policiais podem integrar a junta eleitoral, desde que não estejam em exercício de suas funções no período eleitoral.
- d) Os partidos políticos têm o prazo de 3 dias, a contar da publicação dos nomes indicados para a junta eleitoral, para impugnar fundamentadamente as indicações.
- e) Os membros das juntas eleitorais podem ser candidatos ao pleito, desde que não concorram na mesma zona onde atuam como membros.

36. Com base nas competências privativas dos Tribunais Regionais Eleitorais, conforme estabelece o Código Eleitoral, assinale a alternativa correta:

- a) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais fixar a data das eleições para presidente e vice-presidente da República, nos casos em que não houver disposição constitucional expressa.
- b) Os Tribunais Regionais Eleitorais não têm competência para propor a criação ou supressão de cargos em sua estrutura, por se tratar de atribuição exclusiva do Tribunal Superior Eleitoral.
- c) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais conceder licença e férias aos juízes eleitorais e a seus próprios membros, devendo submeter todas essas decisões ao Congresso Nacional para aprovação.
- d) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais apurar, com base nos resultados enviados pelas juntas eleitorais, o resultado final das eleições de governador e vice-governador, e de membros do Congresso Nacional, expedindo os respectivos diplomas.
- e) A competência para elaborar o regimento interno e organizar a Secretaria e a Corregedoria Regional é do Tribunal Superior Eleitoral, sendo apenas executada pelos Tribunais Regionais.

37. Assinale a alternativa **incorreta** a respeito do Alistamento Eleitoral, de acordo com a Resolução nº 23.659/2021:

- a) O alistamento será realizado quando a pessoa requerer inscrição e a única inscrição localizada em seu nome estiver cancelada por determinação de autoridade judiciária.
- b) A partir da data em que a pessoa completar 15 anos, é facultado o seu alistamento eleitoral.
- c) A apresentação de certificado de quitação militar somente é obrigatória para alistandos do gênero masculino que pertençam à classe dos conscritos.
- d) Para o alistamento, a pessoa requerente poderá apresentar documento congênere ao registro civil, expedido pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

e) Incorrerá em multa a ser imposta pelo juízo eleitoral e cobrada no ato do alistamento à pessoa brasileira naturalizada, maior de 18 anos, que não se alistar até dois anos depois de adquirida a nacionalidade brasileira.

38. Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei das Eleições nº 9.504/1997:

- a) Do número de vagas resultante das regras, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 20% (vinte por cento) e o máximo de 80% (oitenta por cento) para candidaturas de cada sexo.
- b) As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas no estatuto do partido. Em caso de omissão do estatuto, caberá à Justiça Eleitoral estabelecer as normas, publicando-as no Diário Oficial da União até cento e cinquenta dias antes das eleições.
- c) O partido político coligado somente possui legitimidade para atuar de forma isolada no processo eleitoral quando questionar a validade da própria coligação, durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidatos.
- d) A responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de propaganda eleitoral é subsidiária entre os candidatos e os respectivos partidos, não alcançando outros partidos mesmo quando integrantes de uma mesma coligação.
- e) Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até às dezoito horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

**39.** Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei dos Partidos Políticos nº 9.096/1995.

- a) O partido com registro no Tribunal Superior Eleitoral pode credenciar delegados perante o Tribunal Regional Eleitoral.
- b) Considera-se justa causa para a desfiliação partidária a mudança de partido efetuada durante o período de sessenta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.
- c) É vedado ao partido receber contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro procedente de pessoas físicas que exerçam função ou cargo público de livre nomeação e exoneração, ou cargo ou emprego público temporário, inclusive os filiados a partido político.
- d) Somente será admitida a fusão ou incorporação de partidos políticos que hajam obtido o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral há, pelo menos, quatro anos.
- e) O partido político, em âmbito nacional, poderá ter suspensas as cotas do Fundo Partidário ou sofrer outras sanções em decorrência de atos praticados por seus órgãos regionais ou municipais.

**40.** De acordo com a Lei nº 9.504/1997, acerca da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, assinale a alternativa correta:

- a) É permitida a veiculação de propaganda eleitoral paga na televisão, desde que respeite os limites orçamentários definidos pela Justiça Eleitoral.
- b) A utilização de truques de áudio ou vídeo que ridicularizem candidato é permitida, desde que com finalidade humorística e sem identificação do partido político.
- c) A propaganda eleitoral gratuita na televisão pode ser veiculada sem acessibilidade, desde que a legenda seja disponibilizada em meio eletrônico complementar.
- d) É vedada a utilização comercial ou promoção de marca durante o horário gratuito de propaganda

eleitoral, mesmo que de forma disfarçada ou subliminar.

- e) As emissoras de rádio e televisão estão autorizadas a transmitir, após o prazo das convenções, entrevistas com eleitores identificáveis sobre pesquisas de intenção de voto, desde que não haja manipulação dos dados.

**41.** De acordo com o art. 73 da Lei nº 9.504/1997, que trata das condutas vedadas aos agentes públicos durante o período eleitoral, assinale a alternativa correta:

- a) É permitida, durante o horário de expediente normal, a cessão de servidor público a comitês de campanha, desde que haja autorização do superior hierárquico.
- b) A utilização de bens públicos para realização de convenção partidária é vedada, por se tratar de benefício indireto a partido político.
- c) A realização de transferências voluntárias de recursos entre entes federativos, nos três meses que antecedem o pleito, é vedada, salvo hipóteses expressamente previstas em lei.
- d) A distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados com recursos públicos é sempre permitida, desde que ocorra no ano da eleição.
- e) O uso de materiais ou serviços pagos por casas legislativas é irrestrito, desde que haja previsão regimental para tanto.

**DIREITO CIVIL***Paulo Sousa*

**42.** Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa que não reflete o posicionamento consolidado do STJ

- a) É admitida a restrição voluntária aos direitos da personalidade, desde que não seja de caráter absoluto nem perpétuo.
- b) A pretensão de reparação por violação a direito da personalidade está sujeita ao prazo prescricional de 10 anos.
- c) A liberdade de imprensa, incluindo a divulgação de informações e críticas, não é irrestrita, devendo observar os limites impostos pelos direitos da personalidade.
- d) Em relação a figuras públicas, embora a proteção à imagem seja atenuada em comparação à dos particulares, o uso da imagem pode ser abusivo se atingir aspectos da intimidade ou da vida privada.
- e) A veiculação de imagem de pessoa em manifestação política ocorrida em espaço público, quando destinada à informação jornalística, ainda que por empresa privada, não tem finalidade comercial e não configura uso indevido.

**43.** Acerca das fundações, assinale a alternativa que está em conformidade com o Código Civil

- a) Se os bens destinados à fundação forem insuficientes para sua constituição, deverão ser imediatamente revertidos a outra fundação existente, com objetivo semelhante.
- b) A criação de uma fundação pode ser feita por escritura particular ou testamento, com a indicação de bens livres, finalidade e, se desejado, forma de administração.
- c) Caso o estatuto da fundação não seja redigido no prazo estabelecido pelo instituidor, ou, na ausência de prazo, dentro de 180 dias, a responsabilidade por sua elaboração caberá ao Ministério Público.

d) O ordenamento jurídico brasileiro proíbe a constituição de fundações que tenham por objetivo atividades religiosas.

e) A alteração do estatuto de uma fundação exige aprovação por maioria absoluta dos membros encarregados da sua gestão e representação.

**44.** Em relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa que está em desacordo com o Código Civil

- a) Se uma das partes for relativamente incapaz, essa condição não poderá ser usada pela parte capaz em seu próprio favor, nem beneficiará terceiros interessados capazes, exceto nos casos em que o objeto do direito ou da obrigação for indivisível.
- b) O negócio jurídico não será considerado inválido se a impossibilidade do objeto, existente desde o início, for apenas relativa ou tiver desaparecido antes da ocorrência da condição a que ele estiver vinculado.
- c) Quando o valor do imóvel ultrapassar trinta vezes o maior salário mínimo vigente no país, será exigida, para validade do negócio jurídico sobre direito real, a forma de escritura pública, salvo disposição legal em sentido diverso.
- d) Mesmo que o destinatário da declaração conheça a intenção oculta do declarante de não se vincular ao que manifestou, a vontade manifestada produzirá efeitos.
- e) Na interpretação da declaração de vontade, deve-se priorizar o conteúdo intencional da manifestação, ainda que a linguagem utilizada indique sentido diverso.

**45.** Com relação aos contratos, assinale a alternativa correta

- a) Nos contratos aleatórios, ainda que uma das partes assuma os riscos de inexistência do objeto futuro, não poderá exigir a totalidade do que lhe foi prometido, caso o objeto não venha a existir.
- b) O contrato preliminar não vincula as partes à celebração do contrato definitivo, ainda que ausente cláusula de arrependimento.
- c) Se, após a conclusão do contrato, ocorrer diminuição patrimonial relevante em uma das partes, isso não autoriza a outra a suspender sua prestação, devendo buscar garantia judicial.
- d) A indicação de terceiro beneficiário em contrato só pode ser feita no momento da assinatura, sendo inválida se realizada posteriormente, mesmo dentro de prazo convencionado.
- e) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se houver excessiva onerosidade para uma das partes, causada por fatos extraordinários e imprevisíveis, o devedor pode pleitear a resolução do contrato, e os efeitos da sentença retroagirão à data da citação.

**46.** Sobre a classificação dos bens, assinale a alternativa correta

- a) Bens materiais são aqueles sem presença física, desprovidos de corporeidade, e, por isso, não suscetíveis de contato direto com o ser humano.
- b) Bens que podem ser trocados por outros do mesmo tipo, valor e quantidade são considerados infungíveis.
- c) Bens de uso comum do povo fazem parte do patrimônio disponível da Administração Pública, podendo ser livremente alienados.
- d) Pertencas são elementos patrimoniais que servem de forma duradoura ao bem principal, por escolha ou destinação do proprietário.
- e) Produtos são acessórios que derivam do bem principal sem afetar sua integridade ou reduzir sua substância.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Ricardo Torques*

**47.** De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.

- a) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- b) O desrespeito à forma do ato implica em sua invalidade total, não sendo viável a sua convalidação.
- c) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- d) Ainda que possa decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz deverá pronunciar a nulidade.
- e) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, e a nulidade de uma parte do ato prejudicará as outras que dela sejam independentes.

**48.** Nos termos do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), é correto afirmar que o recurso adesivo será admissível

- a) no agravo de instrumento.
- b) na remessa necessária.
- c) nos embargos de declaração.
- d) no recurso especial.
- e) nos embargos de divergência.

**49.** Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil a da sucessão das partes e dos procuradores, assinale a alternativa correta.

- a) No curso do processo é ilícita a sucessão voluntária das partes.
- b) O adquirente ou cessionário não poderá ingressar em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, sem que o consinta a parte contrária.
- c) Ocorrendo a morte de qualquer das partes haverá extinção do processo sem resolução do mérito.
- d) O advogado poderá renunciar ao mandato somente até a sentença.
- e) A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, altera a legitimidade das partes.

**50.** Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
- b) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.
- c) Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.
- d) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- e) O ingresso de litisconsorte ativo será admitido até a apresentação das informações pela autoridade coatora.

**51.** Referente ao tema da adjudicação, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) É lícito ao exequente, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, requerer que lhe sejam adjudicados os bens penhorados.
- ( ) Frustradas as tentativas de alienação do bem, será reaberta oportunidade para requerimento de adjudicação, caso em que também se poderá pleitear a realização de nova avaliação.
- ( ) No caso de penhora de bem hipotecado, o executado poderá remi-lo até a assinatura do auto de adjudicação, oferecendo preço igual ao da avaliação, se não tiver havido licitantes, ou ao do maior lance oferecido.
- ( ) Se houver mais de um pretendente, proceder-se-á a licitação entre eles, tendo preferência, em caso de igualdade de oferta, o descendente, o cônjuge, o companheiro e o ascendente, nessa ordem.

- a) F-F-V-V-
- b) F-F-V-F
- c) V-F-V-F
- d) V-V-V-F
- e) V-V-V-V

**52.** À luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 22 (vinte e duas) horas.
- b) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- c) Ao juiz é permitido reduzir prazos peremptórios, ainda que sem anuência das partes.
- d) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, desde que declarado judicialmente.
- e) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.

**53.** Nos termos do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), não contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor se

- a) Havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.
- b) O litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- c) O litígio versar sobre direitos disponíveis.
- d) A petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- e) As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis

## **DIREITO PENAL**

*Antônio Pequeno*

**54.** Em uma embarcação pública estrangeira, em mar localizado no território da Argentina, o presidente do Brasil sofre um atentado contra sua vida pela conduta de João, venezuelano residente no Brasil, que conseguiu se infiltrar no navio passando-se por funcionário da cozinha, já planejando o cometimento do delito. O presidente do Brasil, porém, é socorrido e se recupera, enquanto João é identificado e preso na Bahia, um mês após os fatos.

Considerando a situação narrada, sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que a João

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.
- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.
- c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
- d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.
- e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

**55.** Renato, servidor público, com intuito de comprometer a credibilidade de concurso público, permitiu que terceiros não autorizados tivessem acesso a seu conteúdo sigiloso. Nesse caso, Renato deve responder por delito de

- a) concussão.
- b) fraude em certame de interesse público.
- c) peculato.
- d) violação de sigilo funcional.
- e) condescendência criminosa.

**56.** De acordo com o Código Penal, constitui crime a falsificação de documento público. Nesse contexto, consideram-se documentos públicos, para fins penais, os documentos a seguir, à exceção de um. Assinale- o.

- a) O título emitido ao portador.
- b) As ações de sociedade comercial.
- c) O testamento particular.
- d) O instrumento particular de mandato.
- e) Os livros mercantis.

57. Considere as seguintes situações hipotéticas:

I. Tício, opôs-se à execução de ato legal, mediante violência contra Eduardo, empresário que ali estava prestando auxílio a Gabriel, oficial de justiça competente para executar o referido ato.

II. Claudionor exigiu para si alguma vantagem de Elisabete, a pretexto de influir em ato praticado por Rafael, funcionário público, no exercício da função que ele desempenhava.

Diante do exposto, e com base nas informações acima, em tese, Tício

- a) praticou o crime de lesão corporal culposa e Claudionor praticou o crime de concussão.
- b) praticou o crime de desacato e Claudionor praticou o crime de peculato.
- c) não praticou qualquer crime, pois Eduardo não é funcionário público, enquanto Claudionor praticou o crime de advocacia administrativa.
- d) praticou o crime de desobediência e Claudionor praticou o crime de condescendência criminosa.
- e) praticou o crime de resistência e Claudionor praticou o crime de tráfico de influência.

58. Relativamente aos crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), é correto afirmar que:

- a) constitui crime de abuso de autoridade o cumprimento de mandado de busca domiciliar após as 21h;
- b) constitui efeito da condenação a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de dez anos;
- c) a ação penal será pública condicionada à representação do ofendido.
- d) a suspensão condicional do processo é vedada nos crimes de abuso de autoridade;
- e) constitui crime de abuso de autoridade o responsável pelas investigações divulgar a atribuição de culpa, mesmo após concluídas as apurações e formalizada a acusação.

### **REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

*Ricardo Torques*

59. Considerando o que preconiza o Regimento Interno do Tribunal Eleitoral do Tocantins, assinale a alternativa correta.

- a) Nenhum Juiz titular poderá voltar a integrar o Tribunal, na mesma classe ou em diversa, após servir por dois biênios consecutivos, ainda se transcorridos dois anos do término do segundo biênio.
- b) A ordem de antiguidade dos juízes no Tribunal será observada pela data da respectiva posse, exceto o vice-presidente, considerado o mais antigo.
- c) Não podem servir como juízes do Tribunal cônjuges ou parentes consanguíneos ou afins, em linha reta, bem como em linha colateral até o quarto grau, seja qual for o vínculo, excluindo-se nesse caso o que tiver sido escolhido por último.
- d) Os membros do Tribunal, os juízes eleitorais e os integrantes das Juntas Eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias, mas não serão inamovíveis.
- e) O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, com sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território do Estado, tem sua competência prevista pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Legislação Eleitoral, e se comporá:

**60.** Considerando o que preconiza o Regimento Interno do Tribunal Eleitoral do Tocantins, a designação dos juízes eleitorais, inclusive substitutos é uma competência do

- a) Plenário do Tribunal.
- b) Presidente do Tribunal.
- c) Vice-Presidente do Tribunal.
- d) Corregedor regional.
- e) Ouvidor regional eleitoral.

## Discursiva

Em razão de fortes chuvas que caíram sobre a cidade, o prédio de determinado Órgão ficou totalmente destelhado, colocando em risco a segurança dos funcionários e equipamentos. Diante desse quadro, há necessidade de conserto urgente do telhado, cujo custo estimado ultrapassa o valor que autorizaria a dispensa de licitação. O presidente do referido Órgão pretende aproveitar a situação para incluir a obra de reforma do Anexo, o qual não foi atingido pelas chuvas.

Com base nessa situação, responda às seguintes questões:

- a) A hipótese narrada enquadra-se em algum caso de contratação direta? Qual?
- b) Além da reconstrução do telhado, pode ser incluída a reforma do Anexo? Justifique.
- c) As formalidades associadas ao processo de reconstrução do telhado.

**Folha de Resposta**

|    |  |
|----|--|
| 01 |  |
| 02 |  |
| 03 |  |
| 04 |  |
| 05 |  |
| 06 |  |
| 07 |  |
| 08 |  |
| 09 |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---